

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015
RELATÓRIO**

2º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE NITERÓI: competência cível

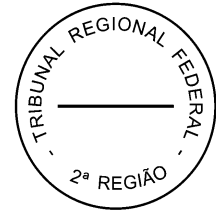
Juiz Federal Titular: DR. JOSE ARTUR DINIZ BORGES

Juiz Federal Substituto: DR. LEONARDO DA COSTA COUCEIRO

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 31/08/2015 até 04/09/ 2015, a correição ordinária eletrônica do 2º Juizado Especial Federal de Niterói, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ.
2. Dar andamento nos processos conclusos, de nº s
00019656520124025152, 00007028020144025102,
00017161720124025152 e 01065176620144025102.
3. Dar andamento aos processos parados;
4. Regularizar o Processo nº 00009976420144025152 que se encontra tramitando em segredo de justiça;
5. Regularizar o retorno dos processos que foram encaminhados a órgãos externos e que estão com o prazo de entrega vencido;
6. Classificar as sentenças que se encontram registradas como “vazias” (82) no mapa de processos intimados do Sistema Processual Apolo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conforme Portaria PR-RJ n.º 823, /de 14/04/2015, o Procurador da República Dr. Leonardo Luiz de Figueiredo Costa foi designado para acompanhar os trabalhos de Correição Ordinária Presencial no 2ª Juizado Especial Federal de Niterói,

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

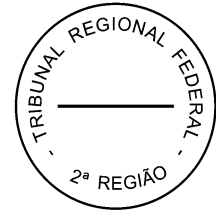
Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 99 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27/05/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJP e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)

. Titular: **JOSE ARTUR DINIZ BORGES** , em exercício desde 28/08/2004

. Substituto: **LEONARDO DA COSTA COUCEIRO**, o exercício do Juiz substituto não foi discriminado no questionário pré-correição de 2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores: 13 servidores. O relatório pré-correição de 2015 não informou os cargos.

Fonte: Questionário pré-correição e Mapa: Planilha Apolo Excel – Intimados.

→ ACERVO TOTAL
(artigos 32 a 36 da CNCR)

	CORREIÇÃO 2013	CORREIÇÃO 2015
Acervo Total	1.685	1.640
Suspensos	58	296
Tramitação ajustada	1.627	1.344

ACERVO TOTAL: CÍVEL + CRIMINAL = 1.640

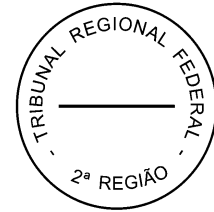
MATÉRIA CÍVEL:

Total: 1.640

Suspensos: 296

Em tramitação: 1.344

MATÉRIA CRIMINAL: 00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total: 00
Suspensos: 00
Em tramitação: 00

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2013 e Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Processual Apolo.

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

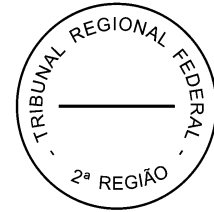
Total de atos processuais intimados (01/08/2014 até 31/07/2015):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	4.180	55,74	9
Decisão	763	10,17	10
Sentença	2.556	34,08	40
Total Geral	7.499	100,00	20

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo - Planilha Apolo Excel – Intimados. **Posição em 26/08/2015.**

→ METAS DO CNJ
(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

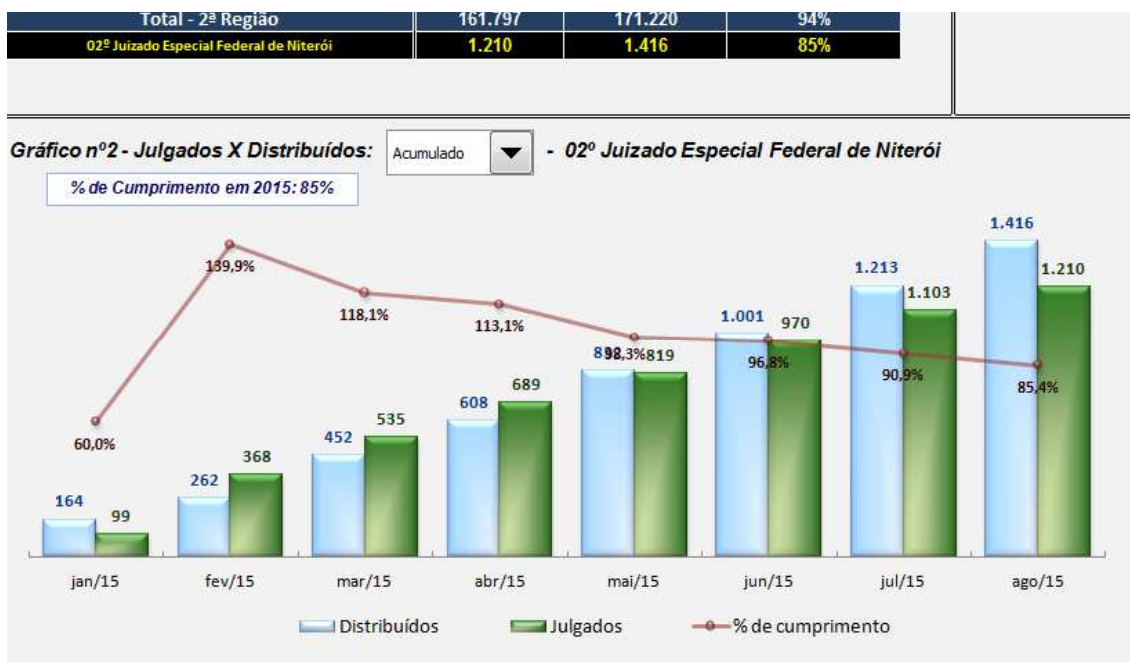
I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

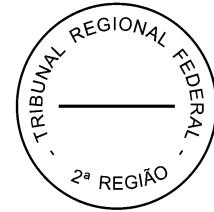
(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 27/08/2015, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 85%**, como ilustra o gráfico a seguir:



II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

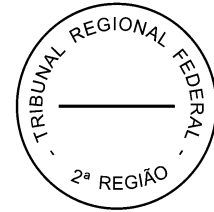


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Situação: constam 09 processos no acervo da Vara correicionada, sendo 08 a menos de 100 dias e 01 há mais de 100 dias; mapa extraído em 27/08/2015.

→ Autuados até 2011: 03 processos

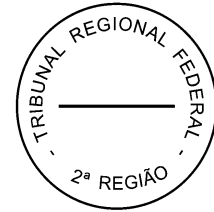
- **00070303120114025102. Trata-se de juizado/cível, redistribuído em 30/03/2012; em 09/11/2012 concluso para sentença, convertido o feito em diligência, publicado em 18/06/2013; em 23/09/2013, concluso para sentença, convertido o feito em diligência, com registro no sistema em 06/02/2013; em 02/06/2014, concluso para sentença, convertido o feito em diligência, publicado em 28/10/2014; em 03/11/2014 concluso para sentença, convertido o feito em diligência, com registro no sistema em 23/02/2015; último movimento em 26/08/2015, assim descrito: “conclusão para despacho”, sem minuta no Sistema Processual Apolo.**
- 00029957220114025152. Trata-se de juizado/cível, distribuído em 19/07/2011; em 17/08/2015 sentença julgando parcialmente procedente o pedido autoral. Remetido à publicação em 26/08/2015.
- 00024258620114025152. Trata-se de juizado/cível, distribuído em 14/09/2011; em 11/11/2011 concluso para sentença, convertido o feito em diligência, com registro no sistema em 13/02/2012; em 03/09/2012, concluso para sentença, convertido o feito em diligência, publicado em 21/08/2013; em 07/11/2013 ato ordinatório determinando manifestação da parte autora, no prazo de 10 dias, sobre a diligência negativa de citação da Losango Promoções e venda LTDA, conforme certidão de fls. 104, publicado em 19/11/2013; em 02/12/2013 concluso para sentença, convertido o feito em diligência, com registro no sistema em 28/05/2014; em 03/11/2014, concluso para sentença, convertido o feito em diligência, publicado em 24/02/2015; em 06/04/2015, concluso para sentença, convertido o feito em diligência, publicado em 18/06/2015; último movimento em 04/08/2015, assim descrito: “conclusão para sentença”, sem minuta no Sistema Processual Apolo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ Autuados em 2012: 06 processos

- 00006361820124025152. Trata-se de juizado/previdenciária, distribuída em 01/03/2012; em 01/10/2013 concluso para sentença, convertido o feito em diligência, com registro no sistema em 10/02/2014; em 12/08/2014 despacho designando audiência especial para o dia 15/09/2014, às 14h, tendo em vista os reiterados descumprimentos das decisões proferidas neste Juízo (fls. 89, 91, 93 e 95), no sentido de informar o valor da média do salário de contribuição e o valor do salário de benefício apurado na revisão da RMI do benefício do autor, conforme solicitado pelo contador judicial a fl. 88; em 11/05/2015 despacho determinando remessa dos autos à contadoria judicial par cumprimento do despacho de fl. 18; último movimento em 17/06/2015, assim descrito: “remessa interna – local: Setor de Contadoria – Niterói”.
- **00042404020124025102. Trata-se de juizado cível, redistribuído em 15/06/2015 e, à mesma data, remetido ao Setor de Distribuição de Niterói; último movimento em 01/07/2015, assim descrito: “conclusão para sentença”, sem minuta no Sistema Processual Apolo.**
- **00004898920124025152. Trata-se de juizado/cível, distribuído em 14/02/2012; em 02/04/2012 concluso para sentença, convertido o feito em diligencia, publicado em 06/07/2012; em 15/08/2012, concluso para sentença, convertido em diligencia, publicado em 21/08/2013; em 14/10/2013 decisão determinando o afastamento da minha competência para processar a presente ação de repetição de indébito, em razão de verificar que não á relação entre o objeto desta ação e o da Execução Fiscal nº 0003061-71.2012.4.02.5102 e que a autora desta não é sequer parte na referida execução, com registro no sistema em 13/11/2013; em 16/12/2013 despacho em que o MM Juiz entende pelo equívoco do despacho exarado a fl. 124, haja vista que a discordância nele manifestada é motivo que respalda o devido conflito de competência e não a devolução dos autos, com registro no sistema em 17/12/2013; em 21/03/2014 decisão suscitando conflito negativo de competência, em face do**

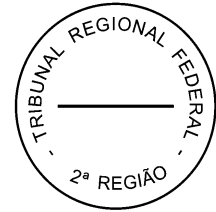


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Exmo. Juiz do 2º JEF de Niterói, com registro no sistema em 03/11/2014; em 27/03/2015 decisão remetendo os autos à SEDIS-NI para que se proceda à redistribuição dos presentes autos para o 2º JEF de Niterói, tendo em vista a decisão do Eg. TRF da 2ª Região, que declarou competente o Juízo suscitado; último movimento em 22/07/2015, assim descrito: “conclusão para sentença”, sem minuta no Sistema Processual Apolo.

- 00026039820124025152. Trata-se de juizado / cível, distribuído em 05/09/2012; em 03/12/2012 decisão deferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para que os réus forneçam à autora a medicação solicitada; em 12/05/2015 despacho intimando a União para manifestação sobre o pedido de restituição da guia em tela, formulado pelo marido e representante da autora, tendo em vista o seu óbito (fl. 199), com registro no sistema em 27/05/2015; em 06/08/2015 ato ordinatório intimando a parte autora a, no prazo de 10 dias, realizar o depósito por meio de guia de recolhimento da União – GRU; último movimento em 25/08/2015 conclusão para despacho, sem minuta no Sistema Processual Apolo.
- 00018418220124025152. Trata-se de juizado / previdenciária, distribuída em 28/06/2012; em 03/09/2012, concluso para sentença, convertido o feito em diligência, com registro no sistema em 24/09/2012; em 05/11/2012, concluso para sentença, convertido o feito em diligência, com registro no sistema em 07/12/2012; em 12/03/2013, concluso para sentença, convertido o feito em diligência, publicado em 18/03/2013; em 03/02/2015, concluso para sentença, convertido o feito em diligência, com registro no sistema em 17/03/2015; último movimento em 03/07/2015, assim descrito; “conclusão para sentença”, sem minuta no Sistema Processual Apolo.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 27/08/2015 e consultas ao Sistema Processual Apolo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica ao órgão correccionado.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

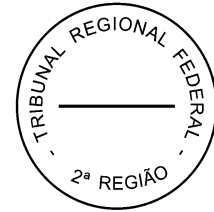
(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica ao órgão correccionado.

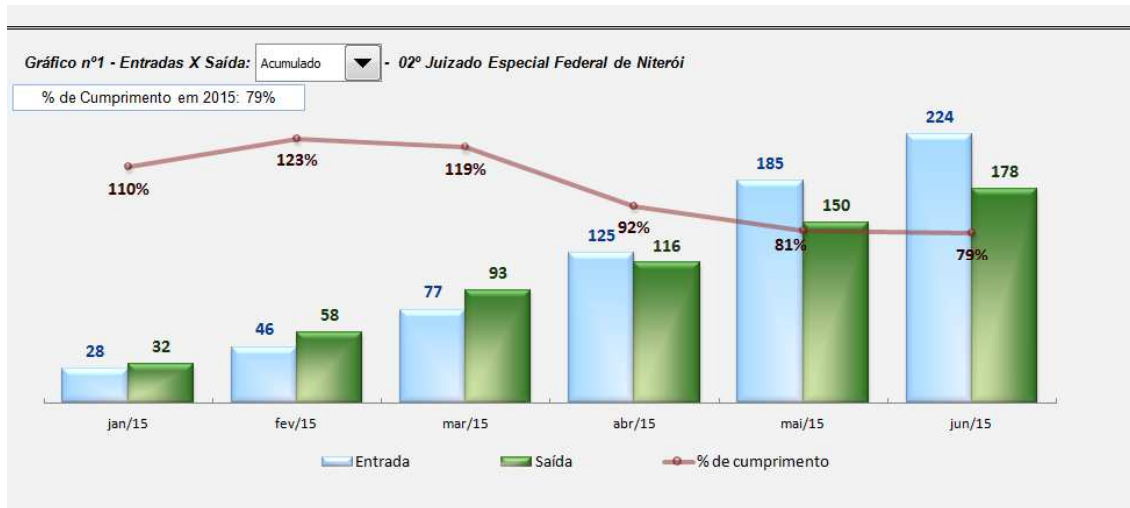
V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 27/08/2015, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 79%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

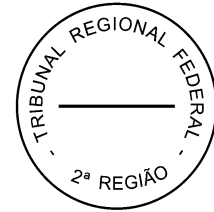
(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

Não se aplica ao órgão correccionado.

VII – METAS ESPECÍFICAS PARA 2015:

A) Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 27/08/2015, não há dados a relatar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

B) Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

Não se aplica ao órgão correicionado.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 27/08/2015.

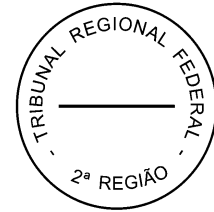
→ AUDIÊNCIAS (DE 01/08/2014 A 31/07/2015)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 318 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 04/08/2014 e a última de 30/07/2015.

De acordo com o questionário pré-correição de 2015:

“As audiências, em regra, são realizadas às segundas-feiras, normalmente duas por dia. Também são marcadas uma vez por semana audiências de conciliação, presidida por servidor(a) conciliador(a). São colocados de dez a treze processos em pauta. Existe a preocupação de evitar prazos longínquos entre o agendamento e a realização da audiência (prazo médio de 60 dias do despacho que a designou), considerando o tempo necessário para oferecimento da contestação ou para realização dos atos processuais de intimação das partes e testemunhas.”

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências, e Questionário pré correição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **PROCESSAMENTO DE FEITOS**

1. INICIAIS
(Artigos 305 a 316 da CNCR)

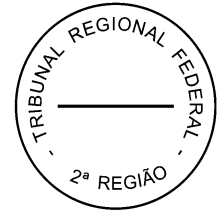
Analisando os endereços virtuais, observamos para as iniciais o seguinte endereço:

GAB – INICIAIS, com 28 documentos, sendo o mais antigo o de 19/08/2015, sob o nº 0073613-03.2015.4.02.5152.

De acordo com o questionário pré-correição de 2015:

*“As **iniciais** são analisadas inicialmente pelos estagiários que elaboram minutas de certidão de prevenção e despacho, seguindo as determinações constantes da CNCR, nos seus artigos 305 a 317. Nesse momento são colacionadas aos autos cópias das iniciais e, caso necessário, cópias das sentenças, acórdão e certidão de trânsito e julgado dos processos preventos. Ressalta-se que todo o trabalho dos estagiários é supervisionado por servidores que realizam a sua conferência, assinam as certidões de prevenção e encaminham os autos para o Magistrado.”(grifo nosso).*

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1 Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em **27/08/2015, às 15h03**, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. BALCÃO DE ENTRADA

Há 28 documentos, sendo o mais antigo o de 27/08/2015, sob o nº 0006397-25.2015.4.02.5152.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em em 27/08/2015, às 15h03.

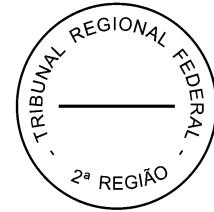
3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Analisando os endereços virtuais, não observamos nenhum que cuide das prevenções.

Por sua vez, segundo o Relatório pré-correição de 2015:

*“As iniciais são analisadas inicialmente pelos estagiários que elaboram minutas de certidão de **prevenção** e despacho, seguindo as determinações constantes da CNCR, nos seus artigos 305 a 317. Nesse momento são colacionadas aos autos cópias das iniciais e, caso necessário, cópias das sentenças, acórdão e certidão de trânsito e julgado dos processos preventos. Ressalta-se que todo o trabalho dos estagiários é supervisionado por servidores que realizam a sua conferência, assinam as certidões de prevenção e encaminham os autos para o Magistrado.”(grifo nosso)*

Fonte: Questionário pré-correição de 2015, item 3.11.1.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

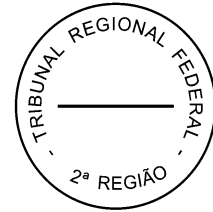
4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: 07
(Arts. 227 da CNCR)

- a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 03
- b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 01
- c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 03

Foram analisados os seguintes processos:

- 00019656520124025152. Concluso para sentença em 01/08/2014, com minuta no Sistema Processual Apolo, negando provimento aos opostos embargos de declaração. **Parado desde então.**
- 00007028020144025102. Concluso para sentença em 03/11/2014, com minuta no Sistema Processual Apolo, negando provimento aos opostos embargos de declaração. **Parado desde então.**
- 00017161720124025152. Concluso para sentença em 03/11/2014, com minuta no Sistema Processual Apolo, negando provimento aos opostos embargos de declaração, assinado em 12/02/2015. **Parado desde então.**
- 01065176620144025102. Redistribuído em 10/07/2014; concluso para despacho em 09/07/2015. **Parado desde então.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição em 26/08/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)**

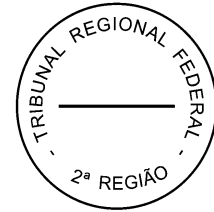
Total: 19

a. ENTRE 31 E 60 DIAS: 11

b. HÁ MAIS DE 60 DIAS: 08

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

- 00004818820074025152. Suspenso em 19/04/2013, aguardando o retorno dos autos do agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu o recurso extraordinário, tendo em vista o disposto na certidão retro, publicada em 27/05/2013. **Parado desde então.**
- 00033159820064025152. Em 04/10/2013 ato ordinatório intimando as partes e a advogada do parte autora para que, no prazo de 10 dias, manifestem-se sobre o inteiro teor dos precatórios atrasados e dos honorários contratados. Suspenso o feito até a realização do depósito do precatório. **Parado desde então.**
- 00030491420064025152. Em 27/11/2013 ato ordinatório intimando as partes e a advogada da parte autora para que, no prazo de 10 dias, manifestem-se sobre o inteiro teor dos precatórios atrasados e dos honorários contratados. Suspenso o feito até a realização do depósito do precatório. **Parado desde então.**
- 00019060920144025152. Em 03/12/2014 ata da audiência, que homologou o acordo celebrado, julgando extinto o processo com fulcro no art. 269, III do CPC, servindo a presente sentença como alvará judicial para recebimento da quantia ajustada; em 26/01/2015 ato



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ordinatório para saber se ainda há algo a requerer, tendo em vista que a CEF realizou o depósito. **Parado desde então.**

- 01439063220144025152. Em 03/12/2014 ata da audiência, que homologou o acordo celebrado, julgando extinto o processo com fulcro no art. 269, III do CPC, servindo a presente sentença como alvará judicial para recebimento da quantia ajustada; último movimento em 23/01/2015, assim descrito: “movimentação cartorária tipo aguardando manifestação da parte ré”. **Parado desde então.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 26/08/2015.**

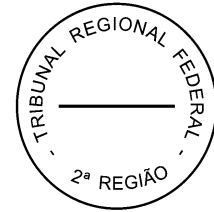
6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Arts. 180 e 318 da CNCR)

Analisando os endereços virtuais da vara correicionada, observamos que não há nenhum que trate de documentos pendentes de juntada.

De acordo com o mapa de documentos pendentes de juntada do Sistema Processual Apolo, observamos que havia 02 petições nestas condições, eis que juntadas as respectivas petições, **não havendo irregularidades.** :

00455073120154025152; 00599014320154025152.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 26/08/2015 e Relatório pré-correição 2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS

(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Analisando os endereços virtuais da vara correicionada, observamos que há os seguintes endereços para controle de prazo:

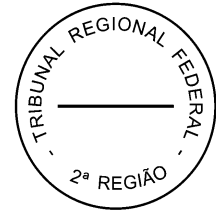
- **MANDADOS/OFÍCIOS – AG. DEV. SEMNI**, com 12 documentos, sendo o mais antigo o de 26/06/2015, sob o nº 0004471-96.2014.4.02.5102;
- **PRAZO – RÉU**, com 88 documentos, sendo o mais antigo o de 05/06/2015, sob o nº 0000665-34.2013.4.02.5152;
- **PRAZO-AUTOR**, com 76 documentos, sendo o mais antigo o de 03/08/2015, sob o nº 0002221-42.2011.4.02.5152;

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em em 27/08/2015, às 15h03.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Analisando os endereços virtuais da vara correicionada, observamos que há os seguintes endereços para cumprimento de ordem:

- **DR. ARTHUR – ENVIAR RPV/ASS. EXPEDIENTE**, com 14 documentos, sendo o mais antigo o de 26/08/2015, sob o nº 0001556-55.2013.4.02.5152;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- **DR. LEONARDO – SECRETARIA – EXPEDIENTE /RPV**, com 04 documentos sendo o mais antigo o de 21/08/2015, sob o nº 0001541-52.2014.4.02.5152.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.
– Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em em **27/08/2015, às 15h03.**

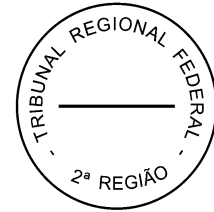
9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)

- a. Total em agosto/2015: 01
 - i. Segredo absoluto: 00
 - ii. Segredo do Sistema: 00
 - iii. Segredo de Peças: 01

Abaixo, analisado o seguinte processo:

- 00009976420144025152. Há o registro no Sistema Processual Apolo do sigilo, mas, salvo melhor juízo, não observamos o despacho que determine o referido segredo de justiça.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição em 26/08/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

10. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

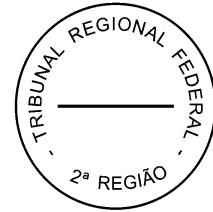
Total Geral de Boletins Gerados	Período	08/2014 a 07/2015
	Processos	7.117
	Boletins	339
	Média (Proc. / Bol.)	20,99
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 26/08/2015.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 04 processos com prazo vencido, na seguinte situação:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0004135-73.2006.4.02.5102	Autor	19/02/2008	28/02/2008	2.736
0003632-04.2003.4.02.5152	Procuradoria Seccional Federal	24/07/2015	05/08/2015	21
0009437-35.2003.4.02.5152	Procuradoria Seccional Federal	24/07/2015	05/08/2015	21
0076511-86.2015.4.02.5152	Defensoria Pública da União – Niterói, São Gonçalo e Itaboraí	04/08/2015	24/08/2015	02



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 26/08/2015, referente ao período de 01/01/1900 a 26/08/2015.

12.SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS **(Artigos 267 a 269 da CNCR (somente execução fiscal))**

a) Total de processos suspensos (em 26/08/2015): 321

- . Cíveis: 321
- . Criminais: 00

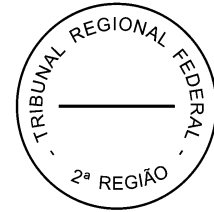
b) Motivo da suspensão:

- Aguardando decisão de instância superior - 258
- CUMPRIMENTO PRECATÓRIO/RPV: 25
- OUTROS – FASE CONHECIMENTO – 36
- OUTROS – FASE/PROCESSO EXECUÇÃO: 02

c) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo Processual Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos, **apresentando-se regulares**:

- Aguardando decisão de instância superior – 258
01185702620144025152; 00002857420144025152; 00004078720144025152;
00006356220144025152; 00006970520144025152; 00007845820144025152;
00008053420144025152; 00008174820144025152; 00008330220144025152;
00008902020144025152; 00009205520144025152; 00009448320144025152.
00009699620144025152.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- CUMPRIMENTO PRECATÓRIO/RPV: 25

00047732420044025152; 00034212120104025152; 00018284920134025152;
00045231520094025152; 00032977220094025152; 00007121320104025152.

- OUTROS – FASE CONHECIMENTO – 36

00009473820144025152; 01104898820144025152; 01130525520144025152;
01174963420144025152; 01217764820144025152; 01244024020144025152;
00005654520144025152; 01129919720144025152.

- OUTROS – FASE/PROCESSO EXECUÇÃO: 02

00015029420104025152; 00006653420134025152

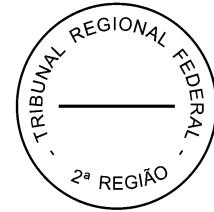
Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 26/08/2015 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

13. SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 2.556

- a. Convertidas em diligência: 379
- b. Determina intimação: 01
- c. Embargos de declaração: 143
- d. Resolução de mérito: 1.449
 - i. Conciliação/transação homologada: 142
 - ii. Conciliação/transação homologada parcialmente: 01
 - iii. Renúncia ao Direito em que se funda: 01



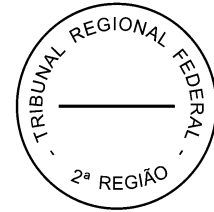
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- iv. Improcedente: 404
 - v. Improcedente – dispensada citação: 371
 - vi. Procedente: 182
 - vii. Procedente em parte: 178
 - viii. Reconhecida prescrição/decadência: 26
 - ix. Reconhecimento da procedência do pedido do réu: 01
 - x. Procedente com tutela deferida: 56
 - xi. Procedente em parte com tutela deferida: 53
 - xii. Procedente com tutela deferida parcialmente: 06
 - xiii. Procedente em parte com tutela deferida parcialmente: 28
- e. Sem resolução de mérito: 502
- i. Sem resolução de mérito: 469
 - ii. Desistência da ação: 32
 - iii. Indeferimento de petição: 01
- f. **Vazias: 82**

14. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA
(Res. 535/2006 do CJF)

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011). Foram inspecionados os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):
0001312-92.2014.4.02.5152; 0001311-10.2014.4.02.5152;
0001308-55.2014.4.02.5152; 0001304-18.2014.4.02.5152;
0001301-63.2014.4.02.5152; 0001348-37.2014.4.02.5152;
0000939-95.2013.4.02.5152; 0000977-10.2013.4.02.5152.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. Sentenças tipo B-1 (homologatória de acordo):

0051522-16.2015.4.02.5152; 0053612-94.2015.4.02.5152
0053071-61.2015.4.02.5152; 0052839-05.2015.4.02.5102;
0052788-38.2015.4.02.5152; 0052443-72.2015.4.02.5152

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

0001162-14.2014.4.02.5152; 0001160-44.2014.4.02.5152;
0001128-39.2014.4.02.5152; 0001093-79.2014.4.02.5152;
0001084-20.2014.4.02.5152; 0001065-14.2014.4.02.5152;
0001036-61.2014.4.02.5152; 0001016-70.2014.4.02.5152.

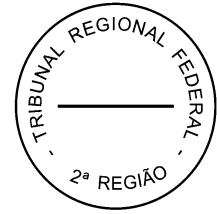
3.1 Sem classificação no corpo da sentença:

0001211-55.2014.4.02.5152;

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

0159907-48.2014.4.02.5102; 0154803-22.2014.4.02.5152;
0152455-31.2014.4.02.5152; 0151936-56.2014.4.02.5152;
0148473-09.2014.4.02.5152; 0148101-60.2014.4.02.5152;
0165526-56.2014.4.02.5102; 0160100-10.2014.4.02.5152

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo –
módulo Secretaria, **posição em 26/08/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)
(Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição de 2015 (item 2.4):

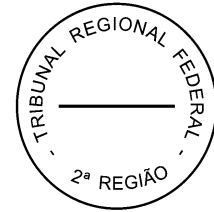
“O procedimento adotado pelo Gabinete, no início de cada mês, consiste na impressão da listagem e separação dos processos com conclusão mais antiga no gabinete, a fim de que o Juiz possa trabalhar com o critério da antiguidade. De forma concomitante, também são identificados os processos de matéria repetitiva e de resolução mais rápida, com o objetivo de diminuir o acervo dos processos conclusos para sentença no gabinete. Da mesma forma são identificados os processos relacionados a medicamentos, internação hospitalar, concessão de auxílio-doença e Loas, a fim de ser priorizado o despacho e a prolação de decisão/sentença.”

16. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

De acordo com o questionário pré-correição de 2015 (item 2.4):

“O procedimento adotado pelo Gabinete, no início de cada mês, consiste na impressão da listagem e separação dos processos com conclusão mais antiga no gabinete, a fim de que o Juiz possa trabalhar com o critério da antiguidade.”

Fonte: Questionário de pré-correição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

17.EXECUÇÃO
(art. 333 da CNCR)

Fase 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Informada	231	231
		Não informada	165	16
	Total			396

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 16/08/2015.

18.REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 01/08/2014 a 31/07/2015).
(Art. 217, II, da CNCR)

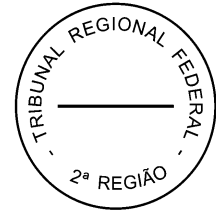
- a. Total de requisições: 870
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 160 dias.

- RPV's Juizado Especial: 854

- . Cadastrados: 13
- . Enviados: 832

- Precatórios (Parcela única): 16

- . Cadastrados: 03



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. Enviados: 13

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em **26/08/201**

**→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

De acordo com o questionário pré-correição de 2015, não se aplica.

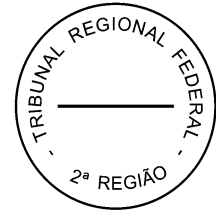
Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria

**→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)**

De acordo com o questionário pré-correição de 2015 item 3.5), não há bens acautelados.

Segundo o relatório de material apreendido/acautelado, extraído em 31/08/2015:

“00045901420014025102 Seq.: 1 Data: 23/03/2006
1) 01 (uma) Mesa Mixer, Wattson, modelo MXS 10;
2) 01 (um) CD player, CCE, modelo LX-11; 3) 01
(um) CD player, Philco Hitachi, modelo PDA 7500;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

4) 01 (um) microfone sem marca aparente; 5) 10 (dez) CD's diversos; e 6) 01 (um) transmissor de FM Estéreo, Teclar, sem no. de série.

Localização: DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM NITERÓI - PRAÇA FONSECA RAMOS, S/Nº

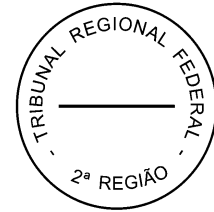
00067974420054025102 Seq.: 1 Data: 10/08/2006

1) - 01(uma) CPU, sem número de série aparente; 02) - 01(um) CD-Player Toshiba, modelo CD-4149; 03) - 01(uma) chave híbrida Teletronix, modelo HS-20; 04) - 01(um) compressor de áudio - fabricante CAROL, modelo COOL 2000; 05) - 01(um) microfone, fabricante CAROL, modelo MUD--600CH; 06) - 01(uma) mesa de som, fabricante Giannini, modelo GMX 802 V, sem no. de série aparente; 07) - 01(um) gerador de estéreo, fabricante Teletronix, modelo Future 2002, sem no. de série aparente; 08) 01 (um) transmissor de FM, fabricante Teletronix, modelo SP-5050 no. de série 209 A.”

Localização: DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL DE NITERÓI - PRAÇA FONSECA RAMOS, S/No.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo, e consultas ao Apolo, **posição até 26/08/2015.**

**→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(ART. 147 a 151 CNCR)**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o relatório pré-correição de 2015:

“Listar e verificar situação dos livros e pastas existentes. Os livros estão em bom estado de conservação

1. Cível.

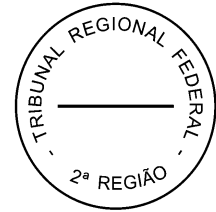
- Livro de Entrega de Autos Ao Contador.
- Livro de Entrega de Autos à SEDNI.
- Livro de Entrega de Autos Cíveis ao Ministério Público.
- Livro de Carga aos Réus (PFN e ECT, principalmente).
- Livro de Carga à Procuradoria Seccional Federal de Niterói.
- Livro de Carga à União.
- Livro de Carga à CEF.
- Livro de Carga de Autos a Advogados e Peritos.
- Pasta de Relatório de Inspeções.

O Juizado utiliza, entre, outras, as seguintes pastas não obrigatórias:

- Pasta de Carga para Fotocópias.
- Pasta de Ofícios Defensor Dativo e Peritos.
- Pasta de Desarquivamento.
- Pasta de Processos remetidos ao arquivo.
- Pasta de Processos remetidos à Turma Recursal.
- Pasta de Processos recebidos da Turma Recursal.
- Patrimônio.
- Livro de Autos recebidos da SEDNI.
- Livro de Autos recebidos do Contador.

O Juizado mantém, entre, outros os seguintes livros e pastas não obrigatórias no setor criminal:

- Livro de autos encaminhados a outras Varas de Justiça.
- Livros de autos encaminhados e recebidos do arquivo.
- Livro de autos recebidos da SEDNI.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- *Livros de autos encaminhados e recebidos da Turma Recursal.*
- *Livro de autos recebidos do Ministério Público.*
- *Livro de autos devolvidos de advogados e peritos.*

2. Gabinete

- *Pasta de Atas de Audiências.*
- *Pasta de Decisões.*
- *Pasta de Ofícios.*

3. Outros

- *Livro Ponto.*
- *Livro de Reclamações.”*

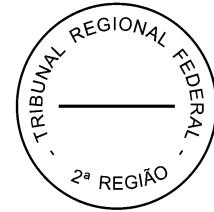
Fonte: Questionário pré-correição de 2015.

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o relatório pré-correição de 2015:

“As instalações do prédio dos JEF’s em Niterói comportam diversos problemas: - salas pequenas, que não permitem, por exemplo, que Gabinete e Secretaria fiquem no mesmo andar. - 2 elevadores velhos, que não dão conta do movimento diário normal dos Juizados. Para piorar a situação, as 2 Varas de Itaboraí estão momentaneamente instaladas no prédio dos JEF’s em Niterói. - sistema elétrico, que depende de manutenção/repares periódicos.”

Fonte: Questionário pré-correição de 2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

“03 meses: Evitar um aumento significativo no acervo. Tentar manter na faixa de 1.700 processos. Manter em no máximo 20 os processos conclusos para despacho/decisão que não excedam o prazo de 30 dias. Diminuir o acervo de processos conclusos para sentença antigos, além de melhorar a taxa de congestionamento de modo que os processos movimentados sejam superiores ao quantitativo de processos conclusos.

06 meses: Tentar manter o acervo na faixa de 1.900 processos. Manter em no máximo 20 os processos conclusos para despacho/decisão que não excedam o prazo de 30 dias. Reduzir o prazo de conclusão para sentença e atingir a meta 2.

1 ano: Tentar manter o acervo na faixa de 2.300 processos. Manter em no máximo 20 os processos conclusos para despacho/decisão que não excedam o prazo de 30 dias. Manter o acervo do gabinete dentro dos prazos de conclusão para sentença estipulados pela Corregedoria (180 dias – Portaria nº TRF-2-PTC-2013/00112, de 13 de março de 2013), buscando, entretanto, uma aproximação entre a data da sentença e a data da conclusão para período inferior a 4 meses.”

RELATÓRIO ELABORADO POR:

José Vicente Benevenuti, Mat. n.º 15.035